

SIGNIFICADOS E IDENTIDADES NAS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR¹

Marie Anne Najm Chalita²
Nilce de Penha Migueles Panzutti³

1 - INTRODUÇÃO

A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade caracterizada pela globalização das atividades econômicas e sua forma de organização em redes, pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Apesar da imposição de padrões comuns de produção e consumo, difundindo uma matriz produtiva, baseada na tecnologia que apaga as distâncias, surgem reações locais que nascem marcadas pela ampliação da comunicação e pelas novas práticas sociais. As profundas transformações das bases materiais da vida alteram as formas de ação e as orientações básicas das culturas.

Em contraposição ao fordismo e aos princípios de administração científica de Taylor, desenvolveu-se o modelo de acumulação flexível, apoiado na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, caracterizado pelo aparecimento de setores produtivos inteiramente novos, flexibilização da produção, novas formas de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e alta capacidade de inovação comercial, científica, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1992, p. 140).

A economia global capitalista que se desenvolve atualmente nos países latino-americanos, principalmente, é de natureza polarizada, conduzindo a situações em que regiões e segmentos sociais inteiros são excluídos e outros incluídos desse processo.

A agricultura familiar passa, nesse contexto, por grandes transformações que ultrapassam suas fronteiras exclusivas, visto que novas mediações culturais surgem entre os modos de vida tradicionais, e novas instituições são criadas pela sociedade, que se inserem e se reproduzem nesse movimento global, produzindo significados e identidades sociais com maiores ou menores chances de se integrarem às exigências do mercado de consumo de bens materiais e bens simbólicos.

A proposta deste trabalho é relacionar identidade e contexto social na agricultura, a partir de pesquisas realizadas junto a produtores de laranja no município de Bebedouro, Estado de São Paulo (CHALITA, 2004) e junto a agricultores moradores da Estação Ecológica Juréia-Itatins, Estado de São Paulo (PANZUTTI, 2002). Através da análise desses dois casos polares de transformação da agricultura familiar, busca-se delinear as dinâmicas de construção de identidades, focalizando os processos de inclusão e exclusão que ocorrem a partir de reorientações dos vínculos estabelecidos em relação à terra e ao trabalho.

2 - INCLUSÃO SELETIVA E EXCLUSÃO SOCIAL: dois lados do mesmo processo de redefinição de identidades da agricultura familiar

Para Dubar (1997, p. 105), a identidade social é produto de uma transação entre duas identidades, a individual e a coletiva: uma transação "interna" ao indivíduo e uma "externa" (quando o indivíduo interage com as instituições). É a relação entre identidade para si/identidade para o outro no interior do processo comum que a torna possível, que constitui o processo de socialização (atribuído e o pertencimento). Desse ponto de vista, a identidade não é mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural dos diversos processos de socialização que,

¹Cadastrado no SIGA NRP 1927 e registrado no CCTC, IE-62/2006.

²Doutora em Sociologia, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: mariechalita@iea.sp.gov.br).

³Doutora em Antropologia Social, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: panzutti@iea.sp.gov.br).

em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições.

Segundo Martin (1992, p. 588-589), há três tipos de relações aglutinadoras que se estabelecem no processo identitário:

- 1) relação com o passado: visa a permanência da comunidade no tempo, a transcendência do indivíduo, a anulação das conseqüências e a legitimação da experiência em nome dessa “comunidade”, para mudar o lugar que ela ocupa nas atuais relações de poder;
- 2) relação com o espaço: freqüentemente traz consigo uma relação com o social. O espaço é percebido como um lugar que fornece as condições materiais da vida e da reprodução da comunidade, lugar definido por formas de sociabilidade particulares e por relações de poder; e
- 3) relação com a cultura: significações e compreensões que indicam a existência de uma lógica unificadora do conjunto humano, a construção de comunidades reivindicando uma identidade que utiliza traços pré-existentes, selecionados pelas suas propriedades integradoras.

A identificação utiliza categorias socialmente disponíveis e mais ou menos legítimas em âmbitos diferentes. São atos de atribuição e correspondem à identidade para o outro. Esses atos são regidos pelas instituições e pelos agentes diretamente em interação com o indivíduo (nomeações oficiais de Estado, denominações éticas, regionais, profissionais, que são identidades sociais virtuais). Não podem ser analisados fora dos sistemas de ação nos quais o indivíduo está implicado e resultam de “relações de força” entre todos os atores implicados e da legitimidade - sempre contingente - das categorias utilizadas. A “construção” legítima dessas categorias constitui um desafio essencial nesse processo que, uma vez concluído, se impõe coletivamente, pelo menos durante um certo tempo, aos atores implicados, a identificação por outro podendo ser recusada pelo indivíduo, levando-o a definir-se diferentemente.

Os atos de pertença correspondem à identidade para si (história individual vivida). A identidade predicativa de si reivindicada por um indivíduo é a condição para que essa pessoa possa ser identificada genérica e numericamente por outros. Pressupõe-se a interiorização ativa, a incorporação da identidade pelos próprios indivíduos. Não pode ser analisada fora das trajetórias sociais pelas quais e nas quais os indivíduos

constroem “identidades para si” que não são mais que “a história que contam a si daquilo que são” (identidades sociais reais). Estas utilizam também categorias que devem ser legítimas para o próprio indivíduo e para o grupo a partir do qual define a sua identidade para si. Esse grupo de referência pode ser diferente daquele ao qual pertence objetivamente para outro. É, contudo, o único que tem subjetivamente importância para o indivíduo, é a questão da legitimidade subjetiva (DUBAR, 1997).

A inserção em instituições exige determinados recursos disponíveis pela origem e estrutura do capital dos produtores. Esses recursos são de ordem material e simbólica. Assim, as relações entre origem, posição no campo e concepções de empresário rural e de posseiros, respectivamente nos dois casos estudados, não são diretas, devendo-se considerar se as instituições em que os produtores se inserem atuam como formas de mediação cultural e de produção de novos significados identitários.

O conceito de identidade social, nos marcos desta reflexão, se aproxima da perspectiva analítica de interpretação dos fenômenos culturais. As análises sobre comportamentos têm, nesse conceito, uma importante ferramenta que possibilita refletir a relação entre orientações culturais e razões práticas, aportando significações e conseqüências para a investigação empírica, uma vez que a noção clássica de identidade para si (ou consciência em si) pode adquirir uma “existência visível” e uma articulação com o mundo da ação política dos agentes.

Segundo Boltanski (1982, p. 7-10), a sociologia dos grupos sociais oscila freqüentemente entre dois procedimentos que não são, aliás, exclusivos um do outro: o primeiro refere-se à tipologia formal construída para os fins da pesquisa e o segundo refere-se à tomada do objeto como ele se apresenta pelo seu nome comum e pelas suas representações comuns para racionalizá-lo, procurando no grupo um fundamento em outro lugar fora dele mesmo, nas coisas (mais freqüentemente na evolução técnica e na divisão técnica do trabalho), de forma a lhe dar uma unidade substancial e contornos objetivos e precisos.

A explicação da existência social de um grupo, assim, se evidencia como uma concepção naturalista, no sentido em que a divisão do trabalho potencialmente inscrita no universo objetivo da técnica se realiza na ordem propriamente

social através da mediação dos sistemas simbólicos em que se expressam de forma explícita as divisões entre grupos e classes. Em outras palavras, as concepções naturalistas da relação entre o mundo técnico e o mundo social se esquecem da cultura. Diante desta limitação, o autor pondera: *“mas a relação entre a determinação técnica (ou econômica) e os fenômenos simbólicos que a retraduzem na ordem da linguagem, sob a forma de nomes coletivos, de representações, de emblemas ou de taxonomias, é ela mesma mediada por conflitos que põem os agentes dotados de propriedades objetivas parcialmente diferentes (o que quer dizer, também, parcialmente comuns), pelas estratégias que, nos conflitos, os agentes utilizam e pela consciência que eles tomam destas lutas e dos interesses que estão em jogo.”* (BOLTANSKI, 1982, p. 50).

As afiliações a uma lógica coletiva não são homogêneas no sentido dos tipos sociais que a ela se filiam. Entretanto, essa lógica aponta para atitudes, comportamentos, representações e uma história social e familiar particulares que se impõem coletivamente para as relações no campo de conflitos, que são determinantes para um processo identitário. Trata-se, ao invés de dar critérios usados para definição do grupo e de suas fronteiras, de procurar analisar o trabalho de reagrupamento, de inclusão e exclusão do qual ele é produto, e analisando o trabalho social de definição e de delimitação que acompanhou a formação do grupo e que contribuiu, objetivando-o, ao fazer ser sobre o modo de isto vai por si mesmo (BOLTANSKI, 1982, p. 52). A identidade é assim situada na experiência relacional e social do poder (DUBAR, 1997, p. 115).

Para tratar do modo de coesão fundador das diversas identidades da agricultura familiar, primeiramente, exige-se um trabalho de desconstrução da própria definição de agricultura familiar como um modo de coesão significativa de processos e conflitos sociais amplos ou pelo menos de sua limitação na explicação de realidades concretas; as análises estatísticas que, de certa forma, utilizam elementos tipológicos essenciais tornam-se também secundárias na definição dos grupos. Em seguida, segue um trabalho de reconstrução do grupo, isto é, indissociavelmente, tanto o trabalho simbólico de definição que acompanhou sua formação (trabalho de representação) quanto a eficácia simbólica de cada uma das definições concorrentes (processo de unifica-

ção simbólica).

3 - MERCADO COMO MEDIADOR CULTURAL DOS PRESSUPOSTOS DA COMPETITIVIDADE NA IDENTIDADE DE EMPRESÁRIO RURAL NA CITRICULTURA

Os agricultores familiares que constituem a unidade de análise da pesquisa representam uma forma social de produção cujos integrantes têm sua trajetória social na agricultura regional marcada por três momentos: o primeiro, no passado, definido por sua vivência enquanto colonos do café e meeiros de culturas temporárias, isto é, trabalhadores rurais sem-terra nos anos 50s; o segundo, por volta de 1960-70, quando incorporam, junto com profissionais liberais e comerciantes que ingressam na cultura de laranja, formas da produção familiar; e o terceiro, atual, definido por sinais de sua forte integração com o mercado de produção e comercialização de suco de laranja concentrado e congelado, que se denomina, para os fins desta investigação, de produtores familiares modernos.

Observa-se substancial separação entre a família e o processo produtivo, graças às modificações no tipo e grau de envolvimento da mão-de-obra familiar no sistema produtivo (tempo parcial) e a presença de elevada utilização do trabalho assalariado, gerando questionamentos sobre a centralidade do trabalho na produção familiar, sobre o papel de gestão e administração assumido pelo chefe do estabelecimento (inclusive com a participação de terceiros), sobre as trajetórias profissionais não-agrícolas dos filhos, sobre a relativização da importância outrora central da propriedade como patrimônio familiar e do tamanho da propriedade como condição da inserção competitiva no mercado. As relações que os produtores estabelecem entre propriedade, trabalho e família mudaram substancialmente no espaço de no máximo duas gerações, dissociando-se trabalho/família, gestão/família e patrimônio/família, fragmentando, em síntese, a intimidade que esses elementos mantinham entre si no sentido da relação propriedade-família.

Estas características objetivas dominantes configuram-se diante da relativização das escalas fundiárias da produção e da propriedade como centro estratégico da reprodução social da família. Nesse sentido é que se observa uma

ausência de projetos de ampliação das escalas de produção pela aquisição de mais terras (seus altos preços e as escolhas profissionais dos filhos fora da atividade agrícola), incrementos significativos na produtividade e qualidade como sinais de sua adesão aos preceitos da competitividade e adaptação a um ambiente de forte concorrência no mercado de fornecimento de frutas à agroindústria, uma modificação interna na sua atribuição enquanto proprietários no que se refere ao trabalho e de importantes alterações no estilo de vida (mudanças de moradia, acesso a bens da classe média alta urbana, entre outros) e nos valores (padrões de consumo, formação educacional e lazer).

Os processos investigados de relação com a terra e com o trabalho e a nova mediação realizada pelo mercado instituem uma nova qualificação do agricultor familiar frente às instituições que definem esse mercado. Trata-se, portanto, de compreender o sentido crescente da profissionalização do produtor que resulta de sua posição na gestão dos empreendimentos e, concomitantemente, de sua posição secundarizada, em importância, em relação à terra e ao trabalho familiar como pressupostos da competitividade.

A análise do processo de produção de identidade sócio-profissional do empresário rural para os agricultores familiares considera os fatores de ordem objetiva (complexidade estrutural) e subjetiva como simultaneamente constitutivos do mesmo processo e definidores da mesma realidade dos agricultores. A definição dessa identidade não depende apenas da origem e da trajetória social dos produtores, mas também das lógicas presentes no mercado e dos espaços de atuação particulares em que os produtores se inserem, seus princípios de exclusão, legitimação e definição de problemáticas pertinentes.

Ela atua como orientadora da incorporação de estratégias competitivas de reprodução no mercado e de exclusão social, uma vez que o custo de transação entra como fator primordial no cálculo da rentabilidade global do setor e no cálculo do agente econômico individual. Os produtores diferenciam-se não apenas segundo o nível de modernização técnica que, no período da política de crédito subsidiado, dependia fundamentalmente de suas decisões estratégicas; diferenciam-se também, segundo o perfil tecnológico dos sistemas produtivos, em um ambiente que requer estabilidade e regularidade nos processos

de produção e comercialização.

Determinadas variáveis explicitam os direcionamentos materiais e simbólicos para a produção das referências culturais identitárias da agricultura familiar na citricultura, da seguinte forma:

1) conduta na propriedade - ocupação de citricultor - expressa nas representações em relação à terra, trabalho e técnicas de produção e que traduz a identificação do produtor às especificidades de seu *status* social no sistema produtivo da citricultura, isto é, a dimensão mais operacional, uma vez que se relaciona com a divisão de trabalho existente na unidade produtiva (lugar que eles ocupam no sistema produtivo como chefes de estabelecimento, o que lhes permite maximizar os benefícios do referencial tecnológico à sua disposição). Nesse sentido, ela tem uma dimensão mais operacional (senso prático e operacional de sua identidade sócio-profissional) e define-se de acordo com as seguintes atribuições:

- a) organização interna, isto é, a capacidade de reunir e articular os pressupostos de uma organização específica do sistema produtivo (administração) pelo grau de intensificação da divisão social do trabalho e da tecnificação do sistema produtivo. Assim, o produtor familiar moderno, além de ser o proprietário da terra, assume um novo papel no setor: o de proprietário do capital e de ser aquele que o põe em marcha, sem ser o que assume o trabalho. Desse modo, ele é aquele que concebe, aplica e executa suas concepções através do trabalho dos outros, em oposição ao proprietário-trabalhador rural; e
- b) articulação com o ambiente externo através dos meios para acessar os fatores de produção (trabalho, técnicas) e os recursos financeiros (créditos) que possibilitam sua inserção no circuito do capital agroindustrial (participação no mercado). Dessa maneira, o produtor familiar moderno se opõe ao produtor tradicional que não se expõe às trocas comerciais e aos riscos da produção.

2) conduta de ação fora da propriedade - profissão de produtor rural - expressa nas representações sobre o mercado e que traduz a função de seu *status* social, originando uma posição particular nas lutas sociais face aos desafios não apenas no setor, mas também em relação à discussão de modelos de desenvolvimento rural. Em resumo, a lógica profissional é a dimensão mais

intelectual da identidade sócio-profissional, função desse novo *status* social - chefes de estabelecimento, isto é, o papel que assume o produtor na reprodução da propriedade como um negócio e que o coloca em uma relação conflitiva com os agentes econômicos e políticos intervenientes: a agroindústria e o Estado.

A análise comprova a constatação de Barthelemy (1988, p. 56), segundo a qual a mudança nas administrações do patrimônio que caracteriza a estratégia empresarial se encontra em dois níveis: a) o peso do fundiário tende a diminuir, ele não passa de um apoio às estratégias comerciais; e b) a importância da função técnica do sistema de produção (quantidade e qualidade de frutas) aumenta. Dessa forma, os agricultores familiares apartam-se da significação, de um lado, da terra como base de sua reprodução social e, do outro, do labor agrícola e, ainda, que eles adotem técnicas que imprimam melhor produtividade e se aproximem do caráter comercial das propriedades.

Segundo Cruz (1988), a atividade empresarial refere-se tanto à função inovadora (endogenização da mudança tecnológica) quanto à função de gestão. Essa última reveste-se de grande importância, uma vez que diz respeito ao controle dos processos e das técnicas que permitem a obtenção da produção desejada. Suas principais atribuições se relacionam com a contratação dos fatores de produção e a tomada de decisões sobre preço, quantidade e tecnologia. Portanto, assegura a busca de altos níveis de eficiência, sobretudo a solução dos problemas advindos de mercados imperfeitos (a ausência de alguns insumos e técnicas de produção). A capacidade de gestão dependeria da eficiência técnica (melhoria do sistema produtivo), eficiência econômica e organizativa (bom uso dos recursos disponíveis para diminuir custos e aumentar o preço de venda de sua produção, conhecimento das características da demanda e da comercialização, valorização dos recursos humanos, acesso aos recursos financeiros e adequado desenvolvimento dos sistemas de controle da gestão), eficiência estratégica (capacidade de definir estratégias para lidar com problemas e inseguranças, incluindo aí seu grau de associativismo e a negociação junto à agroindústria).

A presença de uma citricultura de natureza extensiva (principalmente representada pelos pequenos e médios proprietários de baixa tecnifi-

cação) e os trabalhadores assalariados estão no centro da produção do ideal empresarial. O substrato de suas representações decorre do papel representado pelo grupo de referência - os grandes proprietários modernos - no sentido em que é este grupo social que representa os modelos de excelência da atividade. Por outro lado, o conjunto de suas representações reforça a constituição das referências socioculturais fundadoras da racionalidade empresarial em relação ao grande proprietário moderno no plano do trabalho: sua dedicação permanente na atividade, que serviu como reforço do processo de seleção social no passado.

4 - ESTADO COMO MEDIADOR CULTURAL DOS PRESSUPOSTOS DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA IDENTIDADE DE POSSEIRO NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS

Partindo para o extremo oposto, ou seja, para o segmento de produtores marginalizados da renda agrícola na economia rural e dentro da agricultura familiar, tem-se os "posseiros" do núcleo Itinguçu. Este núcleo foi formado na década de 1970 por migrantes com tradição de trabalho na lavoura, vindos dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e da própria região do Vale do Ribeira, em virtude de crise da agricultura de subsistência e da sociedade cabocla nos lugares de origem. Em outros termos, trata-se aqui de uma migração rural-rural.

O bairro de Itinguçu foi ocupado por famílias que se dedicam à pequena agricultura de subsistência, com um padrão tradicional de trabalho característico da cultura cabocla. O sistema de produção, que era inicialmente itinerante, baseava-se em técnicas rudimentares de derrubada da mata e queimada, cultivo no sistema de roça com aproveitamento da fertilidade natural do solo e utilização de plantas de crescimento fácil e rápido, trabalhando com instrumentos simples, como enxada, cavadeira e bastão. Essas características possibilitaram uma ocupação independente das condições geográficas.

Localizaram-se em faixas de terras mais afastadas, onde se penetra com dificuldade pela falta de vias de comunicação, desenvolvendo o trabalho de adaptação ecológica necessário ao seu estabelecimento no local, desbravando

áreas periféricas à semelhança das populações de cultura cabocla. O povoamento foi feito através de famílias conjugais - pais e filhos pequenos formando o bairro rural que tem suas bases físicas em uma área de *habitat* disperso, com um núcleo central que serve de fixação à população, formado por uma praça e um patrimônio mínimo.

Através da organização em grupos de vizinhança, estabeleceram relações sociais entre si, formando o bairro. A agricultura é praticada entre os membros da família, em um trabalho sem especialização, do qual quase todos os membros participam. No início não havia limitação das áreas e as roças ficavam entremeadas umas com as outras, fazia-se o rodízio de áreas em uma agricultura itinerante. Quando a área transformou-se em Unidade de Conservação (Estação Ecológica)⁴, em 1986, iniciam-se as restrições de área e mesmo da prática do cultivo, proibindo-se o uso de herbicidas e adubos. Com isso, a produção comercial principal, da banana, gradativamente vai se extinguindo. Do ponto de vista da posse da terra, são sítiantes posseiros que passaram para a condição de moradores da Estação Ecológica.

Esses produtores se incluíam para além dos chamados periféricos (WILKINSON, 2000), quanto à inserção no sistema agro-alimentar moderno, já que não apresentam os padrões mínimos de qualidade que passam a ser exigidos pelo mercado. Inserem-se no grupo daqueles com tendências de decomposição da produção familiar, caracterizado pela policultura em lotes de 10 a 20 alqueires, que tradicionalmente combinam atividades de subsistência, produção comercial e nenhum grau de integração agroindustrial.

O peso da previdência na renda das famílias rurais nesse universo é significativo,

⁴Pelo Decreto 24.646 de 20/01/1986, as Estações Ecológicas criadas pelo poder executivo são áreas representativas do ecossistema brasileiro, destinadas à realização de pesquisas de ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista. Por esse decreto, fica estabelecido que 90% ou mais da área de cada Estação Ecológica será destinada à preservação da biota e o restante poderá ser utilizado, após a realização de um plano de zoneamento, para pesquisas ecológicas que venham a acarretar modificações no ambiente natural. De acordo com o parágrafo 1º do artigo 7, na área reservada às estações ecológicas será proibido: a) presença de rebanhos de animais domésticos de propriedade particular; b) exploração de recursos naturais, exceto para fins experimentais, que não importem em prejuízo da biota nativa; c) porte e uso de armas de qualquer tipo; e d) porte e uso de redes de apanha de animais e outros artefatos de captura.

assim como o envelhecimento da população. A aspiração entre os mais jovens passa ao largo da produção agrícola. As atividades não-agrícolas, relacionadas com turismo e lazer local, desempenham importante papel na renda familiar, sem, no entanto, que se revertam em investimento na atividade agrícola. Permitem uma precária inserção no mercado de consumo da cidade mais próxima. São atividades geradas pelo comércio local destinado aos turistas e outras, provenientes de participações em tempo parcial e sazonal - período de férias e fins de semana prolongados, incluindo-se a prestação de serviços àqueles que possuem comércio concomitantemente à área agrícola. Na nova dinâmica econômica, esse segmento se enquadra na atividade agrícola familiar rural que mantém a trajetória de marginalização.

Neste caso específico, embora a renda não-agrícola venha superando a renda agrícola, o acesso a ocupações não-agrícolas não é suficiente para estabilizar nem elevar as rendas das famílias aos níveis das famílias urbanas. Além disso, existe um elemento complicador que é a condição da terra. Os agricultores são "posseiros" há mais de 30 anos. Essa condição de "morador" após a criação da Unidade de Conservação cria uma instabilidade tal que desmotiva a atividade agrícola em si, promovendo um estado de estagnação e esvaziamento do núcleo, portanto, não contribuindo para o estancamento do êxodo rural, ao contrário, levando ao esvaziamento progressivo.

Da cultura caipira, parecem ter absorvido o necessário para a adaptação ao meio encontrado, diverso de suas origens, incorporando e reinterpretando valores que definiram a organização social correspondente à nova realidade. Possuem roça (mandioca, milho, feijão, banana) e se abastecem de outros produtos, inclusive arroz, no mercado mais próximo de Peruíbe. Não apresentam isolamento, auxílio vicinal, disponibilidade de terras e margem de lazer, assim como a sociabilidade local característica do caipira.

O bairro, no entanto, é a base territorial para o agrupamento social, onde se identifica o sentimento de localidade. Itinguçu é um espaço geográfico sobre o qual verifica-se um tipo de intercâmbio entre as famílias e as pessoas, que se alterou com o passar de longos anos, mas constituiu uma unidade sobre a qual os moradores têm consciência de pertencer.

O entrosamento desse sítiantes com a economia da sociedade mais abrangente, com os

agentes políticos presentes na área: prefeitos, vereadores, representantes de secretários de Estado, diretores de escola, representantes de organização não-governamental (ONG) e do poder público se dá com a intermediação dos órgãos governamentais encarregados da administração e da fiscalização da Unidade de Conservação. No entanto, o comércio é um setor que intensifica sobremaneira as relações desse sítio com os valores urbanos e globais e, embora não praticado por todos os moradores, é um fator que atinge a todos direta ou indiretamente. É o agente dinamizador do bairro, em torno do qual se multiplicam as atividades não-agrícolas geradoras de renda, importantes na relação do grupo com a sociedade abrangente e que escapa ao controle do poder público.

As famílias exercem as funções agrárias concomitantemente ao pequeno comércio em barracas, mas não existe estratificação social marcada por isso. O ritmo de dispersão-reunião do grupo altera-se em função da maior ou menor ameaça de expulsão na área, questão muito presente para os moradores do bairro, tendo em vista as políticas governamentais relacionadas à preservação do meio ambiente ou qualquer resolução em que estejam envolvidas autoridades federais, estaduais ou municipais.

Na relação com o espaço, segundo tipo de relação aglutinadora que se estabelece no processo identitário, observa-se que o espaço encontrado é percebido como um lugar que fornece as condições materiais da vida e da reprodução da comunidade, marcado por formas específicas de sociabilidade, um lugar onde é possível o exercício de certo poder à medida em que é possível a organização social para a produção.

A organização dos moradores, porém, emerge quando existe um perigo externo iminente. Foi o que ocorreu por ocasião do conflito armado na década de 1980, e é o que ocorre vez ou outra quando existem problemas dos moradores na relação com o poder público - Instituto Florestal (SMA), Procuradoria do Meio Ambiente de Peruíbe, etc. Assim, ao observar esse núcleo da perspectiva da ação coletiva, pode-se admitir que o sentimento comunitário se constrói mais intensamente a partir do momento em que se instala um perigo externo, obrigando-os a estabelecer fortes laços de união, cumplicidade, afetividade e organização, fundando uma base comum sobre a qual se assentarão as futuras relações de

vizinhança, ao mesmo tempo em que se instala uma divisão interna entre os próprios posseiros. Esses fenômenos ocorrem durante o conflito em torno das terras ocupadas que datam do final da década de 1970. Nesse conflito, envolvem-se posseiros e "proprietários" e seus mandantes, intermediados pelo Estado, na figura da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA). No entanto, como resultado maior, a luta pela permanência na terra favorece a organização dos posseiros.

O conflito armado foi um marco da resistência camponesa ao processo de expulsão e luta pela terra. Se, após os episódios que tomaram lugar na década de 1980, alguns posseiros abandonaram o local para os que permaneceram; tais eventos contribuíram para o estreitamento dos laços, estabelecendo vínculos e desenvolvendo uma sociabilidade profundamente enraizada na luta pela terra, elemento fundante da identidade grupal que continua contribuindo para a resistência do grupo diante de toda e qualquer ameaça.

A transformação da condição dos posseiros residentes no bairro desde a década de 1970 em moradores da Unidade de Conservação impacta, não só pela instituição e condição legal, como pela intensificação das relações do núcleo com o mundo moderno, com a proximidade da cidade balneária de Peruíbe e a visitação turística do local onde se encontra a Cachoeira Paraíso - em feriado prolongado, chega a receber 6.000 visitantes. Ao focalizar-se o trabalho nesse segmento, apreende-se que suas atividades, até então exclusivamente agrícolas, são alteradas para combiná-las às do comércio local destinado a turistas.

Por outro lado, permanece uma questão sobre a condição identitária dessa população: o que guardam em comum esses posseiros transformados em moradores da Estação Ecológica Juréia Itatins daqueles camponeses em busca de uma autonomia?

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de transformação da agricultura familiar - inclusão seletiva e exclusão social - são entendidos como dimensões centrais da produção de significados que instituem novas identidades sociais. A elaboração identitária produz um "rural", isto é, um espaço de vida e de re-

produção cujos limites, em um caso e em outro, vão se dar em função dos tipos de mediação cultural que operam na produção daquelas identidades, respectivamente, o mercado e o Estado. No primeiro caso, o mercado estabelece uma mediação cultural produtora de significados da prática econômica e, no segundo caso, o Estado institui uma mediação cultural produtora de significados da natureza.

Em outras palavras, os vínculos estabelecidos em relação à terra e ao trabalho são produtos de significados estabelecidos no âmbito das relações entre os agricultores e as instituições: no primeiro caso, o mercado e, no segundo caso, o Estado. No primeiro caso, o mercado que se estrutura progressivamente com recrudescimento da intervenção do Estado, torna necessário o (re)posicionamento do agricultor familiar como gestor de sua propriedade e de sua atividade econômica; no segundo caso, a natureza e a imposição de um padrão de intervenção do Estado produzem uma ruptura no modo de vida da agricultura familiar através de novos, porém frágeis, papéis assumidos pelos produtores dentro da política de preservação ambiental.

As mediações culturais que agem na produção das identidades da agricultura familiar tratadas neste trabalho são dimensões centrais das relações sociais que se estabelecem entre os agentes presentes nesses espaços. No caso dos citricultores, sua inclusão no processo econômico em curso revela sua integração como esteio dos desafios atualmente impostos de coordenação setorial visando a competitividade do suco de laranja concentrado e congelado no mercado internacional, enquanto os posseiros agricultores de subsistência, moradores de Itinguçu/Estação Ecológica Juréia-Itatins, ainda se encontram em estágio de luta e resistência à exclusão total, dadas as novas condições de vida impostas pela política de preservação ambiental dependente de recursos financeiros públicos escassos e que não conseguem estabilizar os agricultores em novas funções e atividades como alternativas de renda.

Se, no caso dos citricultores, o mercado, enquanto instituição, investe recursos na definição do que deve ser a condição empresarial legítima em situações em que há diversidades e semelhanças, no caso dos posseiros o Estado procura fazê-lo em uma condição de não-reconhecimento dessa importância por parte da sociedade, não há reconhecimento do outro,

nesse caso, constitui-se em um misto de uma identidade fragmentada (posseiro-agricultor) com a imposição de uma identidade legal externa (morador), a partir da criação da estação, substituindo uma condição legal de vida de posseiro (uso capião) e colocando-os em outra, se não, na ilegalidade.

Estas conclusões, em um primeiro momento, apóiam-se na realidade do ingresso dos produtores no mercado (afastamento da terra e do trabalho eminentemente agrícola) e, em um segundo momento, na diversificação das atividades, na direção de que as formas sociais da agricultura familiar vão desaparecendo gradativamente através das trajetórias sociais de inclusão ou exclusão. Nesse caso, a reprodução dessas formas de agricultura familiar vai se dar mais em função das alternativas no mercado de trabalho para atividades não estritamente agrícolas do que em razão das condições econômicas de viabilização da agricultura. Essas alternativas ocupacionais servem à estabilização do núcleo familiar no caso dos citricultores, o que não é o caso dos posseiros da Estação Ecológica Juréia-Itatins.

Dessa forma, a agricultura familiar passa, nos dois casos analisados, por alterações significativas na centralidade da família como variável explicativa em torno da qual organiza-se a relação com o trabalho e a propriedade. Em ambos os casos, é a diversificação de atividades envolvendo os membros da família que age na dissolução dos vínculos estreitos entre a produção agrícola e a reprodução social da agricultura familiar, o que não leva necessariamente à inviabilidade de reprodução dessa forma social.

Essas realidades revigoram a discussão sobre a agricultura familiar. A primeira, de acordo com o analisado no caso dos citricultores familiares, se filia ao enfoque das cadeias agroindustriais e focaliza a ruptura no modelo de integração agroindustrial com a produção familiar, uma vez que formas mais autônomas de reinserção agrícola surgem; a segunda, no caso dos posseiros da Estação Ecológica Juréia-Itatins, enfatizaria não apenas a marginalização da renda agrícola, e da própria agricultura familiar, mas o surgimento de rendas não-agrícolas (dimensão da pluriatividade) que podem estabilizar a própria agricultura familiar. Ambas tratam das novas formas de inserção no mercado de trabalho, exigindo novos papéis do agricultor necessários para sua reprodução.

Se, no primeiro caso, o trabalho assalariado possibilita novas posições do agricultor familiar diante de sua propriedade, ampliando os vínculos que os membros na família vão estabelecer com as atividades não essencialmente agrícolas, no segundo caso, as novas atividades não-agrícolas são incorporadas pela família por contingência da intervenção do Estado e da procura de ampliação da renda monetária no quadro do impedimento da ampliação da produção agrícola. A (re)significação da agricultura é possível graças às estratégias de manutenção de patrimônio familiar, isto é, a manutenção da terra e do trabalho, mesmo que transformados em relativização e novas funções que a família adquire através do mercado enquanto ampliação de suas condições de vida para fora da propriedade e da atividade agrícola, que possibilitam a reconversão de estratégias tradicionais da agricultura familiar e resistência na busca de reinserção.

O acesso às atividades não-agrícolas

sugere, no caso da agricultura familiar na citricultura paulista, estratégias substantivas de elevação da renda. Já o acesso às atividades não agrícolas, no caso dos posseiros da Estação Juréia-Itatins, sugere a maneira de estancar o êxodo. A perda da terra e do trabalho desestruturou a família, isto é, há perda das condições de produção como posseiros, ao mesmo tempo em que as condições de pluriatividade não existem, dado que o Estado não garante as novas funções que os agricultores têm na área.

Portanto, essas novas formas de mediação consolidam formas de vivência e organização na esfera da agricultura e formas de vivência e organização social distintas que indicam o envolvimento em atividades que transcendem a esfera da agricultura, fornecendo informações valiosas sobre as condições sociais e individuais do agricultor familiar, antecipando uma avaliação das possibilidades de concretização dos seus projetos e expectativas.

LITERATURA CITADA

BARTHELEMY, D. **La naissance de l'entreprise agricole**. Paris: Economica, 1988.

BOLTANSKI, L. **Les cadres**: la formation d'un groupe social. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.

CHALITA, M. A. N. **Cultura, política e agricultura familiar**: a identidade de empresário rural como referencial das estratégias de desenvolvimento da citricultura paulista. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CRUZ, J. M. La fruticultura de exportacion: una experiencia de desarrollo empresarial. **Coleccion Estudios CIE-PLAN**, n. 25, p. 79-114, 1988.

DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Editora, 1997.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

MARTIN, D. C. Le choix d'identité. **Revue Française de Sciences Politiques**, v. 42, n. 4, 1992.

PANZUTTI, N. P. M. **A caminho da terra**: a mata. 2002. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

WILKINSON, J. **Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar**. [S.l.: s.n.], 2000. Mimeo. (Versão preliminar).

SIGNIFICADOS E IDENTIDADES NAS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR

RESUMO: *A imposição de padrões comuns de produção e consumo pela globalização das atividades econômicas difunde uma matriz produtiva, baseada na tecnologia que apaga as distâncias e faz surgir reações locais que nascem marcadas pela ampliação da comunicação e pelas novas práticas*

Informações Econômicas, SP, v.36, n.11, nov. 2006.

sociais. As profundas transformações das bases materiais da vida alteram as formas de ação e as orientações básicas das culturas. A proposta deste trabalho é relacionar identidade e contexto social na agricultura, a partir de pesquisas realizadas junto a produtores de laranja no município de Bebedouro, Estado de São Paulo, e junto aos agricultores moradores da Estação Ecológica Juréia-Itatins, Estado de São Paulo. Através da análise desses dois casos polares de transformação da agricultura familiar, busca-se delinear as dinâmicas de construção de identidades, focalizando os processos de inclusão e exclusão a partir de reorientações dos vínculos que são estabelecidos em relação à terra e ao trabalho.

Palavras-chave: agricultura familiar, identidade social, cultura, processos de exclusão e inclusão.

MEANINGS AND IDENTITIES IN FAMILY AGRICULTURE TRANSFORMATIONS

ABSTRACT: The common production and consumption patterns imposed by the globalization of economic activities have disseminated a production matrix based on technology which eliminates distances. Local reactions arise following enhanced communication and new social practices. The deep changes in the material bases of life transform the forms of action and the basic cultural orientations. The aim of this present reflection is to relate identity and social context in agriculture, drawing on research conducted on orange growers from Bebedouro/SP and on family producers residing at the Ecological Station Juréia-Itatins/SP. Through these two antagonist cases of family agriculture transformations, this work analyses the dynamics of identity construction, focusing on the inclusion and exclusion processes associated with reorientations in the connectedness established with land and labor

Key-words: family agriculture, social identity, culture, exclusion and inclusion process, globalization, Brazil.

Recebido em 08/08/06. Liberado para publicação em 20/10/06.